

■
museu
judaico
■

SÃO
PAULO

JUDSUS
NA
AMAZÔNIA

CADERNOS DE VIAGEM RELATOS E HISTÓRIAS RECOLHIDAS

JUD **SEUS**
NA
AMAZÔNIA

CADERNOS DE VIAGEM RELATOS E HISTÓRIAS RECOLHIDAS

A comunidade judaica se faz presente na região amazônica há mais de dois séculos e as tradições que se estabeleceram ali são parte dos costumes da floresta. A partir da vasta pesquisa realizada pelo Museu Judaico de São Paulo seguimos uma rica história que atravessa geografias e passa por distintas temporalidades.

A representação cultural e estética de uma identidade judaico-amazônica e o singular encontro étnico-cultural que ela representa são, também, características de um Brasil plural e diverso em suas crenças, costumes e sabores.

Judeus na Amazônia é um convite a refletir sobre as diversas formas de criar, viver e conviver na região. Mais do que isso, reforça a importância de manter vivas a floresta e suas tradições.

Onde tem cultura, a Vale está.

Instituto Cultural Vale

Berço da maior floresta tropical do mundo, com sua exuberante biodiversidade, a região amazônica costuma ter seu valor percebido unicamente pelo serviço ambiental que presta a todo o planeta. Mas, para além desse papel essencial, a Amazônia tem um aspecto às vezes subestimado que deixa marcas indeléveis na identidade brasileira: sua grande diversidade cultural – constituída, também, pela não tão conhecida presença judaica na Amazônia.

É uma história de dois séculos de integração, transformação e construção que conta agora com o projeto *Judeus na Amazônia*, um trabalho de valor inestimável patrocinado pelo Santander Brasil, que também apoia o Museu Judaico de São Paulo.

O resgate da trajetória desses desbravadores que chegaram ao nosso país no início do século 19 certamente proporcionará um entendimento mais abrangente das comunidades presentes na região, que passa por um processo contínuo de ocupação, que data de pelo menos 14 mil anos e envolve incontáveis culturas e formas de se relacionar com a floresta. Este movimento foi determinante para a construção de conhecimento multidisciplinar que hoje oferece oportunidades para as populações locais e para fazer prosperar a bioeconomia.

O Santander Brasil, que conta com um *hub* comercial dedicado à atuação na Amazônia, também se vale desse saber milenar para promover soluções sob medida e apoiar as comunidades locais, enquanto promove a conservação florestal e o desenvolvimento sustentável.

Toda essa construção de conhecimento é primordial para que possamos compreender com mais profundidade este passado relativa-

mente recente da habitação da Amazônia. E também para criar melhores condições para que iniciativas que apoiam o desenvolvimento socioeconômico da região tenham um impacto mais amplo e efetivo.

A potência do projeto *Judeus na Amazônia* está na disseminação de toda a pesquisa realizada e no rico histórico dessa relação. Por isso são tão importantes iniciativas como as “Jornadas Judaico-Amazônicas”, realizadas no Museu Judaico de São Paulo, que trouxeram para a maior cidade da América Latina um pouco dessa região distante, que muitas vezes parece exótica para quem nunca a visitou.

Seja em São Paulo, em Manaus, no Rio de Janeiro ou em São Luís do Maranhão, conhecer um pouco mais sobre este “judaísmo amazonizado”, com seu tacacá kasher, como nos conta o antropólogo e jornalista Fábio Zuker, traz um tempero talvez inesperado, mas que dá um sabor todo especial para a deslumbrante riqueza e multiculturalidade da Amazônia.

Santander Brasil

A Gera Amazonas tem a honra de patrocinar o projeto *Judeus na Amazônia* do Museu Judaico de São Paulo. Reconhecemos a importância de preservar e promover a diversidade cultural na região amazônica, e este projeto nos oferece a oportunidade de evidenciar não só a presença mas a contribuição da comunidade judaica no desenvolvimento de nossa região. Apoiar iniciativas que promovam o diálogo intercultural e a compreensão mútua faz parte de nossos valores fundamentais, assim como do nosso compromisso com a comunidade e o desenvolvimento sustentável.

Estamos confiantes que o projeto *Judeus na Amazônia* vai não apenas enriquecer nosso patrimônio cultural compartilhado, mas também fortalecer laços entre diferentes comunidades e gerar um futuro mais inclusivo e resiliente para todos.

Gera Amazonas

Para a Bemol, o apoio ao projeto *Judeus na Amazônia* do Museu Judaico de São Paulo, por meio da Lei de Incentivo à Cultura, reflete nossa profunda conexão com a história e as raízes da região. Reconhecemos o papel vital que a Amazônia desempenhou como refúgio para os imigrantes judeus marroquinos no século 19. Este apoio ressoa com nossos valores fundamentais, honrando a história da imigração judaica, que celebra mais de 200 anos na região. Ao sair do Marrocos, nossa família foi acolhida com generosidade pela população local, estabelecendo aqui seu novolar. A Bemol acredita na importância de preservar a memória desses imigrantes e reconhecer suas contribuições para o desenvolvimento cultural, econômico e social da Amazônia.

O projeto *Judeus na Amazônia* é uma valiosa iniciativa que busca explorar e documentar a rica história dos judeus na região, desde os tempos da primeira vinda, durante o Ciclo da Borracha, até os dias atuais. Por meio de pesquisas, exposições, eventos educacionais e publicações, o projeto visa resgatar e preservar a memória dessas comunidades e suas contribuições para o desenvolvimento da Amazônia em todos os aspectos. Estamos confiantes que o projeto *Judeus na Amazônia* vai não apenas enriquecer nosso patrimônio cultural compartilhado, mas também fortalecer laços entre diferentes comunidades e gerar um futuro mais inclusivo e resiliente para todos.

Bemol

17 INTRODUÇÃO
OS JUDEUS NA AMAZÔNIA

Sergio D. Simon

25 CADERNOS DE VIAGEM
RELATOS E HISTÓRIAS RECOLHIDAS

Fábio Zuker

105 JORNADAS JUDAICO-AMAZÔNICAS
PROGRAMAÇÃO E REGISTROS

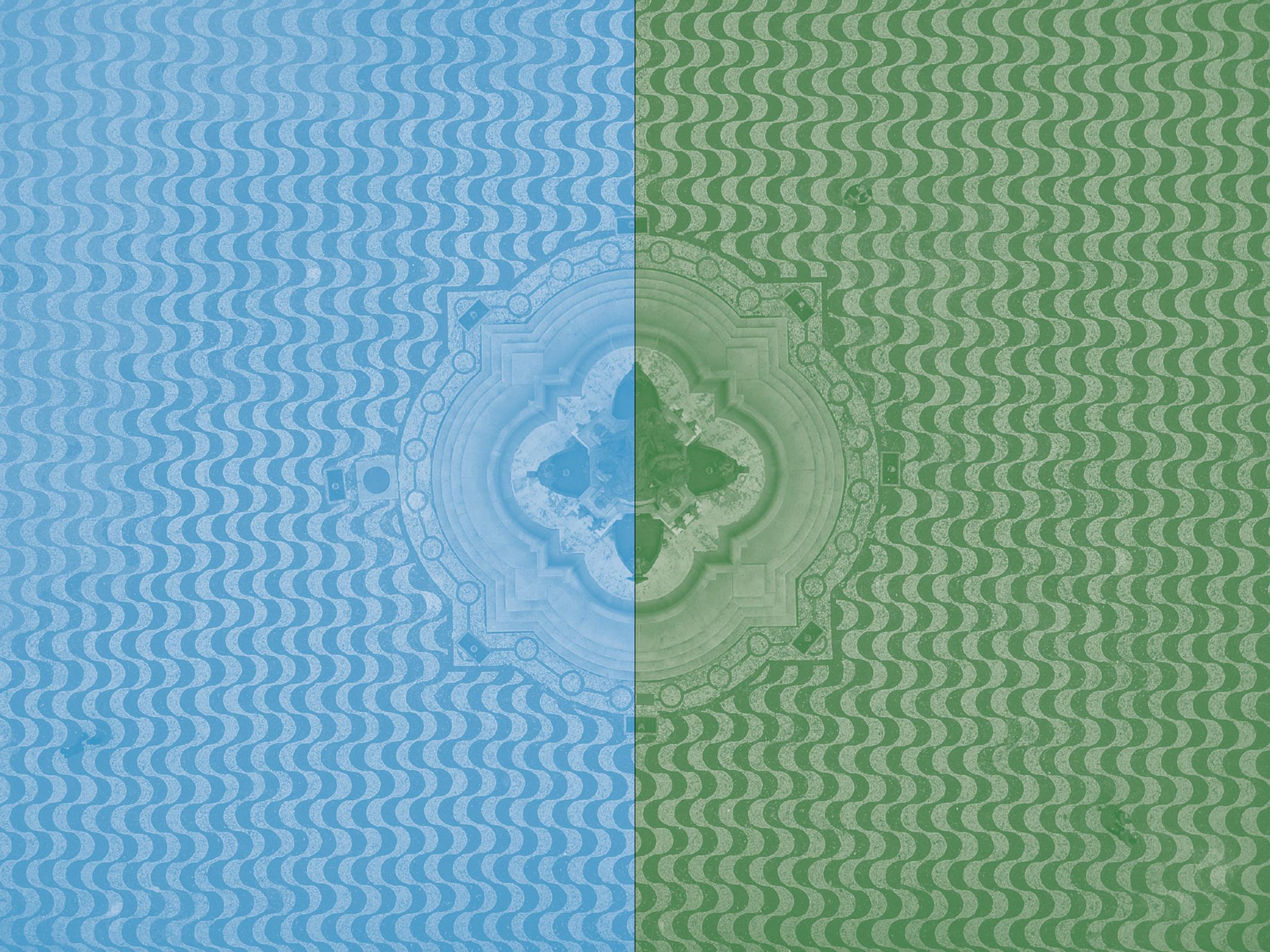
SÃO PAULO

BELÉM

MANAUS

SÃO LUÍS

122 FICHA TÉCNICA
E AGRADECIMENTOS



INTRODUÇÃO

OS JUDEUS NA AMAZÔNIA

A saga da imigração judaica para a Amazônia é pouco conhecida no Brasil e no mundo. Essa imigração, que se iniciou quase simultaneamente à chegada da família real portuguesa ao Brasil, em 1808, foi fruto da abertura do país ao comércio com outras nações e da permissão para cultos não católicos no país. Esses direitos, inicialmente exigidos pelos ingleses que haviam ajudado a transferência da corte portuguesa de Lisboa para Salvador, foram confirmados na primeira Constituição Brasileira, lavrada por D. Pedro I e publicada em 1824, o que fez aumentar significativamente o número de imigrantes judeus marroquinos.

Ao longo do século 19 e durante boa parte do século 20 os judeus oriundos do Marrocos foram se instalando não só nas cidades mas também em regiões ribeirinhas da Amazônia, deixando aí sua descendência abundante, bem como traços presentes até hoje. A origem dessa migração estava na situação do Marrocos à época, onde os judeus encontravam restrições para seu crescimento na sociedade e onde os jovens não vislumbravam um futuro promissor para si mesmos. A notícia de que o Brasil passara a permitir a entrada de judeus e a promessa vaga de grandes negócios e fortuna rápida com a borracha foram o estopim que iniciou uma série de ondas migratórias do Marrocos para Belém, porta de entrada da Amazônia.

Essa história me toca profundamente, porque é a origem da minha família no Brasil. Em 1850 saltaram na ilha do Marajó, no município de Muaná, meus tataravós, os jovens Chanina (Graça) Pinto e José Levy. Vindo de Tânger, o casal chegou com dois filhos pequenos para implantar um canal na região. O canal teve aparentemente muito sucesso comercial e em 1858 nasceu em Muaná, na ilha do Marajó, minha bisavó Belizia Pinto Levy. José Levy era muito querido na região, onde acabou ficando conhecido como "seu Zé

Luís". Ainda jovem, entretanto, adoeceu com uma enfermidade que lhe tirou as forças e o impossibilitou de trabalhar. Os médicos do Pará diagnosticaram beribéri, doença de difícil tratamento à época, e recomendaram que ele fosse transferido para Londres a fim de receber cuidados especializados. Infelizmente, seu Zé Luís faleceu a bordo do navio que o transportava para a Inglaterra e seu corpo foi atirado ao mar.

A minha bisavó Belzília Pinto Levy casou-se aos 13 anos de idade, em Cametá, com o jovem David José Benoliel, recém-chegado de Tânger em companhia de sete irmãos e irmãs. David Benoliel tinha traços finos e elegantes e era versado em religião e cultura judaicas. Apesar de não ser rabino, o jovem David oficiava cerimônias religiosas, inclusive casamentos quando não havia rabinos disponíveis. O casal teve sete filhos e filhas, uma destas sendo minha avó Esther Benoliel, nascida em 1882 em Belém do Pará.

Minha avó casou-se aos 17 anos de idade com o jovem Eliezer Moysés Levy, nascido em 1877 na pequena Gurupá, também na ilha do Marajó. Eliezer foi levado a Belém para concluir seus estudos e realizar a cerimônia de seu bar-mitzvá. Tendo participado da Guarda Nacional em Belém, Eliezer passou a ser conhecido por todos como Major Eliezer Levy, e logo se tornou um importante líder comunitário. Abraçou com fervor a causa sionista, então embrionária, já nos primeiros anos do século 20. Fundou o Comitê Ahabat Sion ("Amor a Sião"), que passou a publicar a partir de 1918 o jornal *Kol Israel* ("Voz de Israel"), o primeiro semanário sionista do Norte do Brasil, divulgando sempre notícias sobre a construção do Estado de Israel na época. O Major fundou ainda a primeira escola judaica de Belém (Externato Chaim Weitzman), além de um grupo juvenil (Grêmio Max Nordau) e uma biblioteca judaica para a comunidade. Por haver se imiscuído na política paraense, acabou sendo nomeado prefeito de Macapá em três ocasiões. Macapá, que naquele período era uma cidade pequena e acanhada, só podia ser alcançada por pequenos barcos de madeira devido à falta de porto e de docas. O Major construiu então um trapiche de 400 metros de comprimento que permitia a atracação de barcos comerciais maiores, impulsionando grandemente o comércio e o desenvolvimento da cidade. O trapiche,

até hoje conhecido como Trapiche Eliezer Levy, é um dos pontos turísticos mais visitados da cidade.

Esther e Eliezer Levy tiveram treze filhos, dos quais doze chegaram à idade adulta. A menor de todos era Rachel Levy, minha mãe, que se casou com meu pai, imigrante alemão de Berlim refugiado do nazismo.

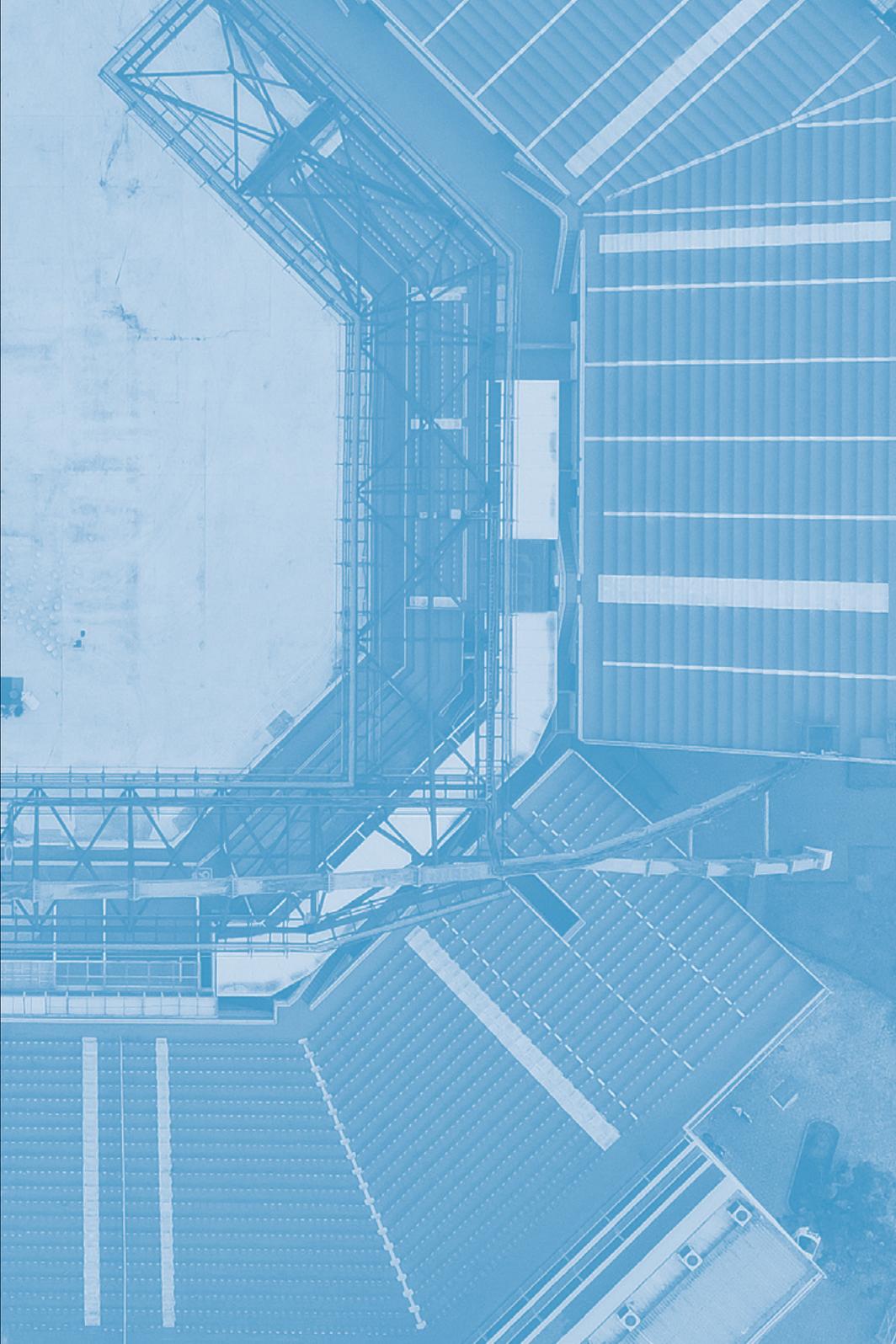
Essa história rica e complexa da minha família, na ilha do Marajó, depois em Cametá, Belém e Macapá, foi repetida por centenas de famílias marroquinas, resultando numa pujante comunidade judaica amazônica, com suas sinagogas, escolas e cemitérios, além de excelentes profissionais do comércio, da medicina, da engenharia etc. Estes judeus interagiram amplamente com a cultura local e deixaram rastros por toda a bacia amazônica. Não é raro encontrar, nos pequenos aglomerados ribeirinhos, famílias com sobrenomes como Cohen, Sicsu, Benzaquen, muitas já não praticantes do judaísmo.

O Museu Judaico de São Paulo tem como uma de suas metas a documentação, a divulgação e o estudo da presença judaica no Brasil. Assim, esta publicação, e posteriormente a exposição que ocupa o Museu em 2024, vem resgatar uma importante faceta do desenvolvimento da sociedade brasileira, que merece ser apresentada para além do território da Amazônia.

Sergio D. Simon

Presidente

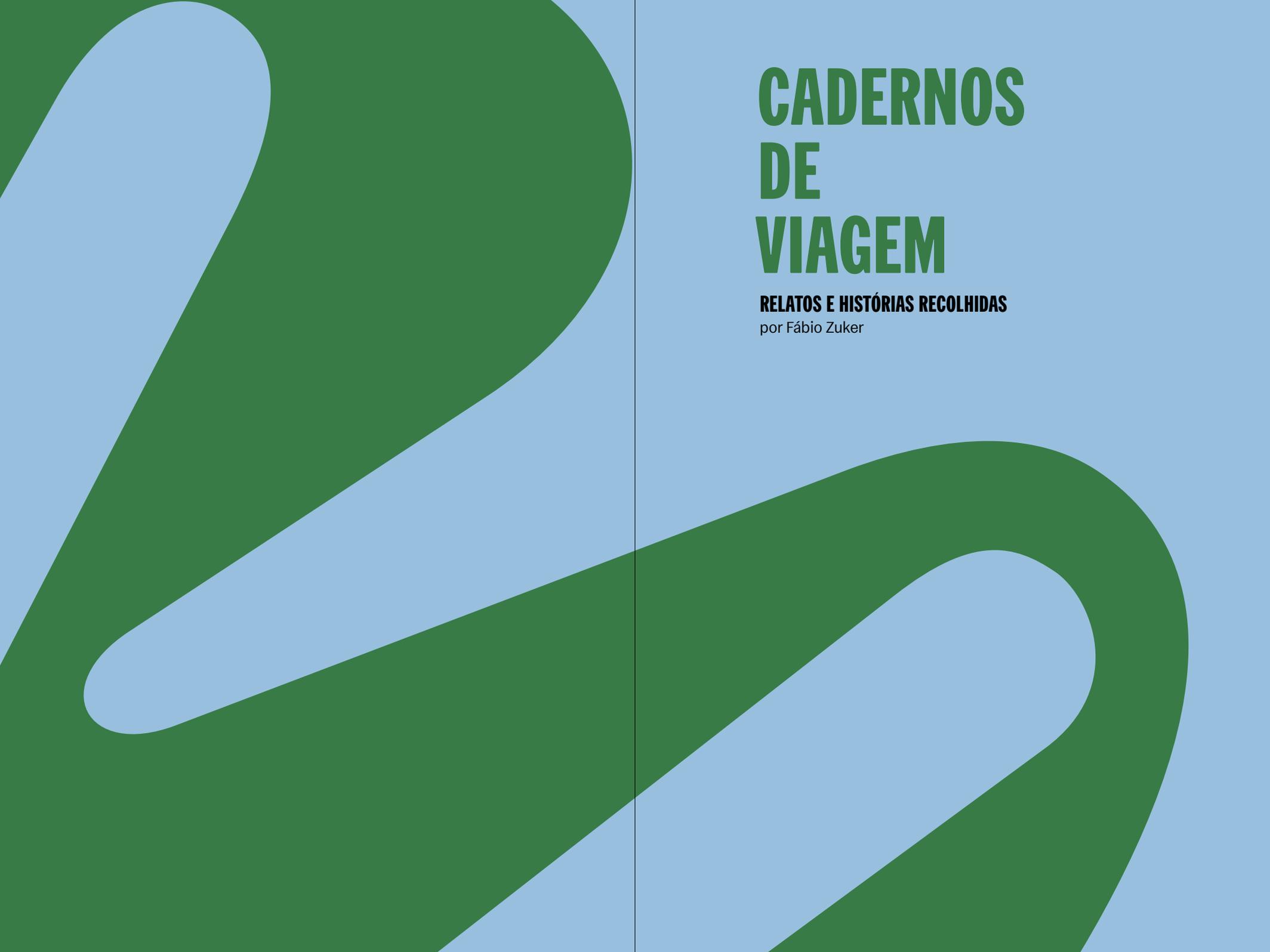
Museu Judaico de São Paulo





Dedicado a pesquisar e apresentar a diversidade da cultura judaica no Brasil, suas histórias, tradições e expressões contemporâneas, o Museu Judaico de São Paulo iniciou em 2022 uma investigação acerca da presença judaica na Amazônia. Tema já explorado por alguns historiadores, antropólogos, escritores e cineastas, a migração de judeus marroquinos e seu estabelecimento em diferentes cidades da região Norte do país produziu entre essas culturas distintas uma série de conexões bastante singulares que permanecem vivas, mas que pouco adentraram o imaginário mais amplo da cultura nacional. Como forma de aproximação às histórias do passado, mas sobretudo do presente, e também de preparação para a exposição *Judeus na Amazônia*, que ocupa o Museu Judaico de São Paulo em 2024, o jornalista e antropólogo Fábio Zuker foi convidado para um mergulho *in loco*. Durante algumas semanas, Zuker percorreu diferentes localidades da Amazônia visitando locais de memória e entrevistando membros das comunidades judaicas na região. Os ensaios resultantes aqui publicados são fruto dessa imersão pautada, sobretudo, na escuta das pessoas que diariamente sentem, cultivam e vivem sua identidade judaico-amazônica*.

* Os textos são de cunho autoral e não refletem, necessariamente, as opiniões institucionais do Museu.

The background features a light blue field with large, organic, dark green shapes that resemble stylized letters or abstract forms. A thin vertical line runs down the center of the page. The text is positioned in the upper right quadrant.

CADERNOS DE VIAGEM

RELATOS E HISTÓRIAS RECOLHIDAS

por Fábio Zuker



Trago aqui relatos de uma história pouco conhecida. São fragmentos de um judaísmo antigo e resistente, cuja imigração data de mais de 200 anos – convencionou-se o ano de 1810 para a chegada dos primeiros judeus marroquinos ao Brasil. Saídas também de lugares tão díspares como o Egito e o Sudão, as comunidades judaicas encontraram na Amazônia um local onde florescer e se transformar. São histórias sobre fé e crença – com um enriquecimento cultural que andou lado a lado com o enriquecimento financeiro, nesses vaivéns pelas águas amazônicas e oceânicas.

É impossível saber ao certo como se deu essa travessia entre o Marrocos árabe (com partes de seu território ora ocupadas por franceses, ora por espanhóis) e o território amazônico. O que pode ser, sim, imaginado são os contrastes, as tensões, os movimentos e alguns dos elementos que constituem essa história.

Os judeus que se fixaram pelos igarapés floresta amazônica adentro tinham algumas especificidades: agarraram-se a seus preceitos religiosos, tentando mantê-los da forma que fosse possível em meio ao relativo isolamento de outros judeus. O judaísmo, como religião e cultura, depende da comunidade. E muitos dos costumes dificilmente são praticados em isolamento, ou mesmo no interior de uma mesma família.

Abundam, desta maneira, histórias desse judaísmo caboclo: para fazer o vinho que acompanha o Shabat¹ e outras festividades ao longo do ano, usavam-se uvas-passas ou jenipapo. Para o cuscuz

¹ No judaísmo, é o dia do descanso, inspirado pelo sétimo dia da criação divina, segundo o livro do Gênesis. O Shabat se inicia no entardecer da sexta-feira e termina no entardecer do sábado.

marroquino, improvisava-se com farinha de macaxeira. Para a matzá, o chamado pão ázimo, tradicionalmente consumido na festa de Pessach (Páscoa judaica), usava-se a tapioca.

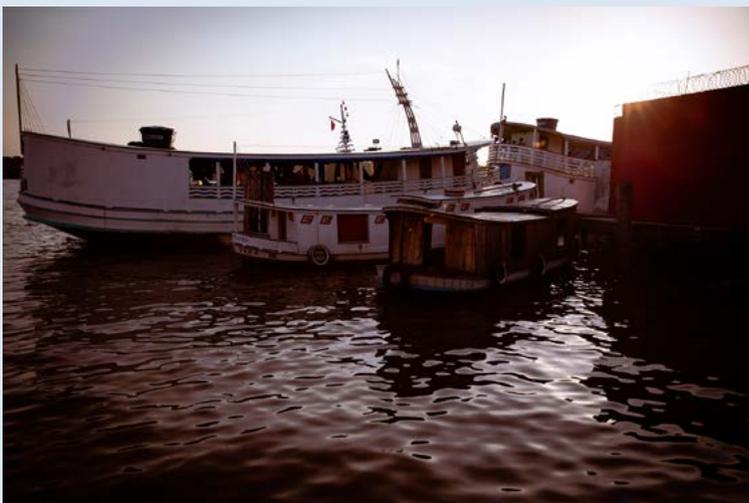
Nascia, assim, um judaísmo amazônico de tacacá kasher²: sem camarão, mas com peixes de escama, pimenta-de-cheiro e, como manda a receita, muito tucupi e goma.

Os nove episódios que aqui se seguem são um convite a embarcar nessa costura de saberes, sabores, cores e texturas. Uma trama de vivências e reflexões tecida a partir de encontros, entrevistas e visitas a sinagogas e cemitérios durante algumas semanas entre setembro e outubro de 2022, e que nos permite uma aproximação – mais afetiva do que objetiva – com esse entrelaçamento de culturas.

2 Alimento que segue as regras do conjunto de leis dietéticas judaicas.



Dafina preparada por Dona Helena Benzecry para o jantar de Rosh Hashaná. Belém, 2022. Foto: Duda Santana



Embarcações em
Breves, ilha do
Marajó, 2022.
Foto: Duda Santana

1 UM ABRAHAM MARAJOARA

“Ele era tipo um sultão.” É com essas palavras que Iria Chocron, historiadora marajoara da cidade de Breves, refere-se ao avô, o Velho Abraham, como era conhecido. Um sultão nascido em Tetouan, próximo à costa do Marrocos, no final do século 19.

Sabia-se que Abraham – Abraão para os brasileiros – deixou o país por ser vítima de ataques que o traumatizaram, tanto que sua tia lhe dizia: “Olha, você, Iria, nunca conte essa história pra ninguém, mas o teu avô, ele veio fugido do Marrocos, porque ele era perseguido”.

Enquanto realizava a sua especialização em História Social da Amazônia, Iria levantou uma questão ao mesmo tempo teórica e pessoal: mas fugido de quê? Quais eram os motivos para a fuga do Velho Abraham do Marrocos? Foi a partir dessa inquietação e do cruzamento com outras histórias da região que ela entendeu que Abraham Chocron vinha fugido de antissemitismo, e que, como tantos outros mercadores que se fixaram em recônditos igarapés amazônicos vendendo produtos da cidade para os ribeirinhos e exportando produtos da floresta, ele era judeu.

Ao Velho Abraham talvez soasse curioso ser chamado de sultão: no Marrocos sua educação franco-marroquina parecia de pouca serventia diante do ódio corrente aos judeus.¹ Tanta era a necessidade de fugir que ele abandonou a vida comunitária e religiosa para aventurar-se por distintas partes da América Latina no início do século 20: foi primeiro para a Argentina, onde passou uma tem-

¹ Os judeus no Marrocos tinham um status inferior: eram chamados de *dhimmi* (espécie de “súditos tolerados”), que os Estados muçulmanos reservavam aos crentes de outras religiões, principalmente judeus e cristãos.



Iria Chocron,
historiadora. Breves,
ilha do Marajó, 2022.
Foto: Duda Santana

porada em Córdoba. Depois, seguiu para o Tapajós, no oeste do Pará, provavelmente atraído pelo crescente mercado da borracha.

Abraham adquiriu terras no igarapé dos Macacos, em Breves, cuja comunidade foi fundada por ele e onde, por fim, viria a se fixar.² Ali, os ribeirinhos da região trabalhavam em suas terras, principalmente nas seringueiras, para extrair o látex, naquele momento em alta demanda pelo Império Britânico. Os trabalhadores também deixavam parte do que produziam em suas terras para Abraham como pagamento. Ele tinha ainda um barracão, onde os habitantes locais podiam comprar bens trazidos da cidade, como alimentos e ferramentas.

“O comércio ficava embaixo e ele morava em cima. Então, em alguns momentos, quando ele queria fazer o Shabat ou principalmente no Iom Kipur³, ele se trancava no quarto sozinho. E aí os meus tios não entendiam isso. Eles iam lá e batiam, batiam. ‘Por que é que você está trancado o dia inteiro?’ E aí ele não queria explicar. Ele simplesmente fazia esse rito judaico sozinho”, conta Iria.

Também quando os ribeirinhos lhe perguntavam, ele não falava. Ficava tudo para ele mesmo, um judaísmo transplantado, que tentava sobreviver como possível nesse campo estranho que era a floresta amazônica.

-
- 2 Breves vivia então com intensidade o Ciclo da Borracha, assim como outras regiões da Amazônia. A cidade em si, com uma zona urbana, tal qual hoje, não existia nas últimas décadas do século 19 e início do 20. Era praticamente um entreposto para escoamento da borracha.
 - 3 Dia de expiação que acontece dez dias após o ano-novo judaico. Judeus que observam a data jejuam e rezam, como forma de introspecção, arrependimento e renovação.



Teatro Amazonas.
Manaus, 2022.
Foto: Bruno Kelly

2 O CICLO DA BORRACHA

No icônico Teatro Amazonas, no centro de Manaus, há uma visita guiada realizada por pesquisadores, educadores e historiadores. Os visitantes são levados a conhecer a opulência da plateia, dos três níveis de camarotes, das salas de recepção deste que, junto com o encontro dos rios Negro e Solimões, é um dos principais cartões-postais da cidade. Inaugurado em 1896, o teatro contou com mão de obra estrangeira em diversas etapas de sua construção: o projeto foi escolhido pelo Instituto Português de Engenharia e Arquitetura de Lisboa, já a cúpula foi concebida pela casa Koch-Frères de Paris, que confeccionou as telhas vidradas e esmaltadas que adornam a estrutura de aço, vindas da Alsácia – região historicamente disputada por Alemanha e França.

Samir Torres, guia do Teatro, procura explicar ao público o que significava chegar a Manaus em meio ao Ciclo da Borracha – que se deu aproximadamente entre 1880 e 1910. O viajante dos primeiros anos do século 20 empreendia de Lisboa e Londres um longo e tortuoso caminho para chegar à capital amazonense. A viagem podia demorar meses. Envolvia a nada trivial travessia do oceano Atlântico até a cidade de Belém do Pará, na foz do Amazonas. De lá, começava uma viagem por dias que passava por rios e florestas a perder de vista. Algumas paradas aqui e ali em comunidades ribeirinhas. Mais infinitos dias de uma mesma e exuberante paisagem tropical.

Ao chegar a Manaus, porém, outra realidade se descortinava: uma cidade pujante com carros, iluminação pública, rede de esgoto e abastecimento de água, comerciantes de diversas partes do mundo, além do próprio Teatro Amazonas, símbolo máximo da riqueza que a elite manauara, a elite da borracha, havia criado para celebrar suas conquistas.

O que significou fortuna, capital e posses para os moradores da cidade, significou violência, genocídio e escravidão para povos indígenas, populações ribeirinhas e mesmo para migrantes nortistas que foram para a selva, seguindo os rumores da possibilidade de emprego, renda e de uma vida melhor. Houve um cosmopolitismo relacionado à borracha, com comerciantes de diversas partes do mundo, que conectava a industrialização levada a cabo por Londres (a borracha demandada por essa empreitada mudaria a história da humanidade) e os leitos dos rios Purus, Juruá, Tapajós e Xingu.

Entre os comerciantes proeminentes que se aventuraram pelos rios e igarapés mais recônditos da Amazônia estão mercadores de origem árabe: tanto judeus marroquinos como sírio-libaneses (em sua maioria cristãos, mas também com uma minoria muçulmana).

Explicar o funcionamento do sistema de produção da borracha é fundamental para entender a história recente da Amazônia. E tudo se centra no chamado aviamento, que nada mais é do que um sistema de endividamento pelo qual se adiantam mercadorias mediante crédito e a esperança de um pagamento futuro. Embora o termo venha sendo utilizado desde o período colonial, é apenas com o Ciclo da Borracha que ele se consolida como aquilo que o antropólogo estadunidense Charles Wagley¹ entendia como um dos elementos estruturais que regulavam as relações sociais na Amazônia.

Tento explicar. Ou melhor, é Clodoaldo Pontes, sociólogo, assessor do Memorial Chico Mendes (criado em 1996 pelo Conselho Nacional das Populações Extrativistas, o CNS) quem explica na conversa que tivemos na sede do Memorial. Imaginemos um seringal operando em algum ponto do rio Purus, no estado do Amazonas ou do Acre, no início do século 20, em pleno Ciclo da Borracha. O seringalista, também chamado de Senhor da Borracha, é o dono do seringal que emprega os trabalhadores envolvidos tanto na extração quanto no beneficiamento do látex. O seringueiro, por sua vez, é o trabalhador braçal. E é este trabalhador quem adquire crédito

1 WAGLEY, Charles. *Uma comunidade amazônica: estudo do homem nos trópicos*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957.



Teatro Amazonas.
Manaus, 2022.
Foto: Bruno Kelly

com o aviador, que lhe fornece os mantimentos básicos para que ele possa viver (roupas, café, sal, fósforo etc.) e executar o seu trabalho (ferramentas).

Acontece que o seringueiro, na maioria das vezes vindo do Nordeste, contraía a dívida antes de começar a trabalhar de fato. Isso significa que o fruto do seu trabalho servia majoritariamente para pagar uma dívida já existente. Os seringalistas, sabendo disso, determinavam eles mesmos o preço a ser pago pela borracha, de tal forma que enredavam os trabalhadores em uma relação de endividamento contínuo, sem que tivessem qualquer tipo de controle sobre o valor daquilo que produziam e, conseqüentemente, de sua mão de obra. Daí a centralidade que Clodoaldo Pontes dá à possibilidade de os próprios trabalhadores definirem, em negociação, o valor da borracha.

A rigor, o sistema de aviação criava uma situação em que sempre quem devia estava a montante e quem tinha crédito estava a jusante, sendo Manaus, Belém e, em última instância, Londres os principais pontos credores. Não apenas o crédito e a dívida, mas também a violência, estruturavam este sistema que permitiu que o Ciclo da Borracha operasse. Uma violência contra os trabalhadores migrantes, contra indígenas e em particular contra mulheres indígenas, alvo de violência sexual, raptos e sequestros.

Falta, ainda, um elemento para caracterizar o sistema de aviação. Temos até aqui os donos dos seringais, os indígenas sujeitos à violência colonial e os trabalhadores em situação análoga à escravidão. Falta caracterizar os operadores, que são os comerciantes, os regatões que subiam e desciam rios e igarapés trocando roupas e outros bens necessários por borracha, castanha ou outros produtos da floresta. E esses eram, em grande parte, judeus marroquinos e cristãos vindos da região que hoje é a Síria e o Líbano.

Há aqui uma função social historicamente exercida pelos judeus que se reatualiza na Amazônia. No final, não é muito diferente da posição social ocupada por judeus em diferentes momentos da história, como em Veneza, quando no gueto, sem propriedades, e na parte mais pobre e alagável da cidade, eles cunhavam as moedas de ouro diante da proibição da usura pelos cristãos, e assim enriqueceram.



Márcio Souza,
intelectual.
Manaus, 2022.
Foto: Bruno Kelly

Na Amazônia, sem propriedades significativas – recém-chegados do Marrocos, os judeus não eram os proprietários dos seringais –, mercadores facilitaram o trânsito de mercadorias e o comércio. E, no caso da colonização, enriqueceram no interior de um sistema de exploração e violência.

O intelectual judeu amazonense Márcio Souza faz uma análise refinada sobre o lugar dos imigrantes judeus marroquinos no avia-mento. Em entrevista que nos concedeu em sua casa, no centro de Manaus, ele fala de contribuições significativas que caminham no sentido de uma modernização do sistema e de uma atenuação da violência colonial portuguesa. A participação em instituições de ensino francesas, o aprendizado de matemática e de múltiplas línguas (não raro políglotas que falavam árabe, hebraico, haqúitia², francês, espanhol e português), fazia dos judeus marroquinos trabalha-dores altamente qualificados e raros na Amazônia do final do século 19 e início do 2o. Tanto é que estes eram os chamados *homens do livro* que trabalhavam na contabilidade dos seringais.

Outra contribuição fundamental dos judeus marroquinos foi o fracionamento das mercadorias (permitindo que fosse comerciali-zado, por exemplo, o tecido ao metro, e não o rolo todo, ou mesmo manteiga por quilo e não a barra inteira).

Os comerciantes judeus marroquinos e sírio-libaneses cristãos enriqueceram, principalmente aqueles que ficavam na cidade e co-mercializavam as suas mercadorias para diversos rios e igarapés – em termos logísticos, mais vale ser o centro que envia e recebe bens e mercadorias para diversas localidades do que estar apenas em uma área específica, com distribuição local.

O Ciclo da Borracha chegou ao fim a partir do maior caso de biopirataria da história: o britânico Henry Wickham contrabandeou 70 mil sementes de seringueira em 1876, de Santarém, no Pará, para a Malásia. Em 1895 os ingleses começaram a plantação da seringa no país asiático, levando à ruína a borracha brasileira a partir de 1910.

2 Dialetos de judeus sefarditas do norte do Marrocos amplamente falado pela comunidade que migrou para a região da Amazônia.

De modo mais ou menos concomitante, o fim do Ciclo da Borracha catalisou o processo de migração dos judeus que trabalhavam como intermediários e regatões para as cidades de Manaus e Belém.

Durante a Segunda Guerra Mundial, com o front no Pacífico di-ficultando o fluxo da borracha para a Inglaterra e os Estados Unidos, houve um breve ressurgimento do Ciclo da Borracha, que chegou ao fim tão logo a guerra havia terminado.



Cemitério judaico
no igarapé
Jacarezinho, 2o22.
Foto: Duda Santana

3 UM CEMITÉRIO NA FLORESTA

Quando a fotógrafa Duda Santana desceu do barco com a câmera em punho, o desconforto estava instaurado. Nas quase três horas do trajeto em lancha entre o centro da cidade de Breves e o igarapé Jacarezinho, ambos no arquipélago do Marajó, presenciámos dezenas de madeireiras operando na floresta. Pelos olhares desconfiados, não havia dúvida de que eram ilegais.

Duda e eu estávamos interessados em documentar um cemitério judaico localizado no longínquo igarapé. O barqueiro que nos conduzia estima que cada hora de barco signifique um dia de remo antes da invenção do motor. Ou seja, os mercadores judeus que viviam no igarapé Jacarezinho demoravam três dias para chegar ao centro da cidade. Pudemos ter uma impressão concreta do que significava estar isolado, fazendo comércio em uma localidade tão distante dos centros.

Tão logo pisamos nos trapiches que funcionam como uma espécie de passarela entre a comunidade ribeirinha e o igarapé, percebi o incômodo com a nossa presença. E que ficou ainda mais tangível pelo desconforto causado pelas máquinas da serralheria parando todas instantaneamente e pelo silêncio interrompido apenas pelo canto dos pássaros. Tentei abusar da simpatia, colocando logo em primeiro plano o objetivo real de nossa visita: o de ir ao cemitério na outra margem do igarapé, em busca das sepulturas judaicas.

A situação não distensionou. Os ribeirinhos conheciam as lápides judaicas e ajudavam a cuidar delas, junto com o resto do cemitério, algumas vezes por ano. No interior da Amazônia isso significa lutar não apenas contra umidade e intempéries, mas para que a própria floresta não tome conta do local. É uma pequena guerra da humanidade contra a natureza, em nome dos mortos ali enterrados.

Mas não teve jeito, e a desconfiança prevaleceu. Éramos constantemente indagados sobre o nosso interesse em visitar o cemitério em uma área tão remota.

Nosso barqueiro pediu um facão emprestado. Cruzamos para a margem oposta do igarapé Jacarezinho e, após cinco minutos de caminhada por entre as lápides, conseguimos encontrar aquelas de origem judaica, com escritos em hebraico, formato alongado e arredondadas na parte de cima.

Essas e outras lápides, viria a me explicar Anne Benchimol nas semanas seguintes, quando prossegui a viagem para Manaus, são de extrema importância para as comunidades judaico-amazônicas. Sem sinagogas no meio da floresta, reflete Benchimol, eram os cemitérios, e o enterro seguindo a liturgia judaica, que davam sentido e identidade aos judeus em locais onde congregar-se junto aos seus para conduzir os rituais comunitários e coletivos era, devido aos impedimentos geográficos, quase impossível. Assim, há uma verdadeira necrópole judaica na Amazônia, que se estende por todos os estados brasileiros e países que compõem a floresta.

Iria Chocron conta uma história que dá a dimensão da centralidade da morte. Seu avô Abraham, de quem já falamos, avistou de longe, de seu barracão de mercadorias, uma pequena canoa chegando, sendo conduzida a remo por um caboclo, e um troço envolto em panos brancos. Ao chegar, o condutor disse que ali jazia o corpo de um conhecido seu, e lhe entregou um bilhete, escrito em hebraico, dizendo que ele era judeu, e pedia para ser enterrado como tal. Foi o que o morto, prestes a falecer, havia escrito, pedindo ao condutor que o levasse para Seu Abraham.

De maneira quase contraditória, morrer como judeu qualificava toda uma vida judaica, atribuindo-lhe sentido.



Breves, ilha do
Marajó, 2022.
Foto: Duda Santana



Pedro Chavez, professor.
Cametá, 2022.
Foto: Duda Santana

4 UMA TORÁ QUE FLUTUA

“Fábio, aqui no Tocantins tem muita erosão”, explica o professor Pedro Chavez, especializado no ensino para comunidades indígenas e quilombolas no município de Cametá. Os antepassados de Pedro eram judeus e o ensinaram a nunca frequentar a igreja. Eles se sentiam mal, guardavam o sábado e sabiam que ali não era o lugar deles. Em sua família, em vez do *tefilin*¹, o tradicional filactério de couro de boi, amarrava-se sisal no braço, devido à ausência de gado na região. Uma semente fazia as vezes da caixa com as rezas e bênçãos tradicionais.

Pedro se arrepia, faz uma pausa. Está visivelmente emocionado, e pede desculpas por lacrimejar no meio de uma entrevista. Ele se reconhece como Bnei Anussim², os filhos, netos e descendentes daqueles que foram forçados a se converter, embora nem toda a comunidade judaica o reconheça como judeu.

Para o professor, a reivindicação da identidade judaica passa pela sala de aula. Certo dia, Pedro estava lecionando no rio Guajará³, quando percebeu que o sobrenome de um de seus alunos era judeu. Pedro o

-
- 1 Par de caixas de couro, cada qual presa com uma tira de couro, que são amarradas ao braço e à cabeça, durante as preces judaicas. Dentro de cada caixa, há quatro trechos da Torá.
 - 2 Marranos, ou judeus convertidos compulsoriamente a outras religiões, e seus descendentes.
 - 3 O rio Guajará foi outrora chamado de rio dos Cohen, tamanha era a influência dos comerciantes judeus que ali viviam. Ver, nesse sentido, o documentário de Felipe Goifman. *Amazônia Hebraica: o rio dos Cohen* (2021). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=YVWefYGNndQ>.

chamou de lado, no final da aula, e disse: “Ei, tu sabia que teu sobrenome é de descendente de judeus?”. O menino desconversou, meio incomodado. “Professor, não fale isso alto.” Havia receio de que um preconceito, um antissemitismo milenar que via nos judeus os assassinos de Cristo, ainda reverberasse por entre as curvas do igarapé.

Desde então, Pedro Chavez se incumbiu da missão de reorganizar a comunidade judaica de Cametá. Em uma espécie de recenseamento, chegou a contar 690 pessoas que se reconhecem como descendentes dos judeus que para lá migraram, fugindo das epidemias e perseguições no Marrocos e em busca de enriquecimento nos tempos áureos da borracha.

A erosão mencionada por Pedro Chavez fez com que, em uma noite de tempestade e chuvas fortes, a sinagoga, localizada na beira do rio Tocantins, fosse parar no fundo do rio. Mas nem tudo se perdeu: a Torá⁴ boiou e foi parar na casa de um ribeirinho, que a guardou, até que membros da comunidade judaica fossem recuperá-la. Reza a lenda que, desde então, a família desse morador da beira de uma recôndita região do mundo – a quem o acaso reservou a inusitada incumbência de cuidar de um livro sagrado escrito em aramaico e hebraico bíblico – teve muita sorte e prosperou financeiramente. No dia seguinte, com o rio mais calmo, puderam também recuperar outros objetos litúrgicos, como a mesa de rezas que, segundo Pedro, foi para Belém.

O judaísmo de Pedro, tal como a sinagoga submersa cujos resquícios foram reunidos após a tempestade, refaz-se a partir de um adormecimento. Ao lado das rezas e dos estudos junto ao Rabino Moisés Elmescañy de Belém, sua prática envolve comer um açaí com peixe e tirar um cochilo depois do almoço. Um judaísmo caboclo vibrante, que não se furta a refletir as riquezas da floresta e da alimentação que dela advém.

4 Equivale aos cinco primeiros livros do Antigo Testamento: Gênesis, Êxodo, Levítico, Números e Deuteronômio.



Ruínas em Cametá,
interior do Pará, 2022.
Foto: Duda Santana



Parintins,
Amazonas, 2022.
Foto: Bruno Kelly

5 O ÍNDIO COR-DE-ROSA

“Eu participei na então pacificação do índio. E essa expressão ‘pacificar’ deve ser empregada pelo índio em relação ao civilizado. É o índio que vem tentando civilizar, tentando pacificar o civilizado há quinhentos anos. E até hoje não conseguiu. E até hoje não conseguiu...”, afirmou Noel Nutels à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Índio, em 1968, com o tom crítico e de lamento marcando o que seria um dos principais depoimentos às vésperas do Ato Institucional número 5 (AI-5), momento de maior repressão da ditadura militar brasileira. O sanitarista qualifica a violência vivenciada pela população indígena brasileira como um massacre histórico e denuncia a política de colonização interna do Estado brasileiro.

Judeu nascido em Ananiev, na Ucrânia, em 1913, Nutels se tornou uma referência no tratamento da malária e da tuberculose e dedicou sua vida a combater as doenças que acompanham o processo de colonização e o contato forçado com indígenas. São doenças que compõem a própria forma pela qual a colonização opera, parte integrante do rastro de destruição gerado por sua expansão, e não é exagero dizer que as epidemias estiveram entre os principais aliados do homem branco na colonização das Américas.

É possível que o histórico de perseguições aos judeus na Ucrânia, os *pogroms* (massacres a vilarejos judaicos), tenha exercido em Nutels uma influência significativa na decisão de trabalhar pela vida e pela saúde de populações indígenas. Sua própria família havia decidido vir ao Brasil após a Primeira Guerra Mundial para escapar da violência antissemita que só faria crescer em toda a Europa nas décadas seguintes.

Nutels graduou-se pela Faculdade de Medicina do Recife. Foi o médico da primeira Expedição Roncador-Xingu, criada pelo governo Getúlio Vargas no início da década de 1940, no processo de interio-

rização do Brasil, que ficaria conhecida como a Marcha para o Oeste¹. Em um contexto em que diversas formas de violência eram cometidas contra populações indígenas (de tiros de arma de fogo a contaminação forçada por arsênico e vírus responsáveis por doenças como sarampo, gripe e varíola), a proposta de buscar um contato pacífico significava um giro de 180 graus na forma como o Estado brasileiro lidava com essas populações – ainda que não sem contradições.

Nos anos 1950, no Ministério da Saúde, o médico sanitário foi também responsável pela interiorização do acesso à saúde em diversas partes da Amazônia brasileira, com a criação do Serviço de Unidades Sanitárias Aéreas (SUSA), cujo objetivo primordial era realizar vacinação, implementar práticas de saúde bucal e combater a tuberculose junto às populações indígenas e rurais. Entre 1963 e 64, chegou a dirigir o Serviço de Proteção ao Indígena (SPI).

Nutels é comparado a outros médicos e médicas importantes, chamados por Gilberto Hochman e Nísia Trindade de Lima² (atual ministra da Saúde) de “médicos intérpretes do Brasil”, como Nise da Silveira, Carlos Chagas, Vital Brazil, Oswaldo Cruz e Sérgio Arouca, entre outros. Médicos e médicas que se envolveram de maneira prática (e por vezes militante) com questões políticas e sociais brasileiras. Ao lado dos irmãos Villas-Bôas, do próprio Marechal Rondon e do antropólogo Darcy Ribeiro, Nutels foi uma voz central na luta pelo reconhecimento do Parque Indígena do Xingu – primeira terra indígena demarcada no Brasil –, onde atuou por décadas.

1 Dela conseguiram participar os irmãos Cláudio, Leonardo e Orlando Villas-Bôas, fazendo-se passar por trabalhadores rurais analfabetos, e que, a partir dos últimos anos da década de 1940, assumiram a chefia da expedição – atenuando o seu caráter violento e propondo uma releitura e a prática dos ideais de não agressão do Marechal Cândido Rondon.

2 LIMA, Nísia Trindade; HOCHMAN, Gilberto (Orgs.). *Médicos intérpretes do Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2015.

A importância de Noel Nutels é tamanha, que sua vida inspirou diversas obras literárias e cinematográficas. O jornalista e novelista Orígenes Lessa (1903-1986) escreveu um romance biográfico sobre o sanitário: *O índio cor-de-rosa: evocação de Noel Nutels* (1978). O também judeu Moacyr Scliar escreveu, baseado na vida de Nutels, o livro *A Majestade do Xingu* (1997). Recentemente, o cineasta Tiago Carvalho recuperou as imagens de arquivo de gravações do próprio Nutels, realizadas em filmes de 16 mm, e, com os registros da gravação da fala do médico na CPI do Índio, realizou o filme *O Índio Cor de Rosa contra a Fera Invisível: A Peleja de Noel Nutels* (2020).

Carlos Drummond de Andrade, talvez o maior poeta brasileiro do século 20, dedicou a Nutels este poema:

Entre Noel e os índios

*Em Vila Rosali Noel Nutels repousa
do desamor alheio aos índios
e de seu próprio amor maior aos índios.
Como se os bastos bigodes perguntassem:*

*Valeu a pena?
Valeu a pena gritar em várias línguas
e conferências e entrevistas e países
que a civilização às vezes é assassina?
Valeu, valeu a pena
criar unidades sanitárias aéreas
para salvar os remanescentes
das vítimas de posseiros, madeireiros, traficantes
burocratas et reliqua,
que tiram a felicidade aos simples
e em troca lhes atiram de presente
o samburá de espelhos, canivetes,
tuberculose e sífilis?
Noel baixa de helicóptero
e vê a fome à beira d'água trêmula de peixes.*

*Homens esquecidos do arco-e-flecha
deixam-se consumir em nome
da integração que desintegra
a raiz do ser e do viver.
“Vocês têm obrigação de usar calça
camisa paletó sapato e lenço,
enquanto no Leblon nos despedimos
de toda convenção, e viva a natureza...”
Noel, tu o disseste:
A civilização que sacrifica
povos e culturas antiquíssimas
é uma farsa amoral.*

*O Parque maravilha do Xingu
rasgado e oferecido
ao galope das máquinas,
não o quiseste assim e protestante
como se fosse coisa tua, e era
pois onde um único índio cisma
e acende fogo e dança
a dança milenar extra-Conservatório
e desenha seu momento de existir
longe da Bolsa, da favela e do napalm,
aí estavas tu, teu riso companheiro,
teus medicamentos,
tua branca alegria de viver
a vida universal.
Valeu? Valeu a pena
teu cerne ucraniano
fundir-se em meiga argila brasileira
para melhor sentires
o primitivo apelo da terra
moldura natural de homens xavantes
e kreen-akarores
lar aberto de bororos
carajás e kaingangs*

*hoje tão infelizes
pela compulsão da felicidade programada.
Valeu, Noel, a pena
seguir a traça de Rondon
e de Nimuendaju,
mãos dadas com Orlando e Claudio Vilas-Boas
sob o olhar de Darcy Ribeiro,
e voar e baixar e assistir e prover
e alertar e verberar
para que fique ao menos no espaço
este signo de amor compreensivo e ardente
que foi a tua vida sertaneja,
a tua vida iluminada,
e tua generosa decepção.³*

3 BORGES, Amanda Aparecida de Almeida. “Carlos Drummond de Andrade em busca de Noel Nutels” in Revista de Estudos Judaicos da UFMG, 2014.



Anne Benchimol,
historiadora.
Manaus, 2022.
Foto: Bruno Kelly

6 POLACAS NA AMAZÔNIA E O RABINO SANTO

Em visita ao cemitério municipal São João Batista, em Manaus, Anne Benchimol gosta de apresentar algumas curiosidades:

Entre os corredores formados pelas tumbas cristãs, sem errar o caminho labiríntico, ela para em frente a um túmulo do falecido Sr. Leão – não se pode ler o sobrenome devido ao mármore rachado e remendado, provavelmente por causa de um furto. “Ele faleceu antes de nós termos o cemitério judaico aqui em Manaus”, explica. “Por isso, seu corpo encontra-se na parte não judaica do cemitério.”

Como muitos dos comerciantes viviam dispersos por igarapés longe dos centros urbanos e distantes entre si, era desafiador comungar religiosamente em vida com outros membros da comunidade. Diante desta ausência, compreendem-se a centralidade e a preocupação com o destino *post-mortem* em cemitérios judaicos coletivos, onde esses destemidos imigrantes ansiavam descansar junto aos seus. Congregar na morte aquilo que as distâncias em vida lhes haviam dificultado.

Além dessa presença dispersa de judeus marroquinos na parte cristã do cemitério, Benchimol chama atenção para uma segunda presença curiosa no cemitério: as polacas. “Aqui nessa área, na área cristã do cemitério municipal, nós temos aproximadamente cinquenta sepulturas de judias que chamamos de polacas, embora houvesse também russas, e de outras nacionalidades”, aponta. Como consta em estudos historiográficos específicos,¹ essas judias pobres do Leste Europeu eram muitas vezes contrabandeadas para

¹ Vide Angélica Pinheiro e Alessandra Conde (2022) e Marcelo Gruman (2006). É importante ressaltar, no entanto, que havia outras mulheres trabalhando como prostitutas na cidade e que as polacas não eram representativas do todo.

Manaus e Belém para atenderem os chamados Barões da Borracha em bordéis luxuosos.

A terceira curiosidade do cemitério é o túmulo pintado de azul, repleto de garrafas d'água pela metade (provavelmente algum tipo de simpatia) e placas de agradecimento por graças alcançadas. Ali jaz o corpo do Rabi Shalom Emanuel Moyal, sepultado em 1910.

“Para a comunidade cristã local, ele é considerado um rabino milagreiro. Em Finados, muitos vêm prestar homenagens e agradecimentos. Colocar placas, velas, em homenagem ao rabino”, conta Benchimol. Já a comunidade judaica, entre Rosh Hashaná² e Iom Kipur, faz um *kadish*³ coletivo – tanto na parte que é hoje o cemitério judaico quanto no túmulo do Rabino Santo.

De acordo com informações colhidas por David Salgado Filho junto a um parente do rabino em Israel, ele teria vindo à Amazônia em 1908 para verificar a situação das centenas de famílias judaico-marroquinas que emigraram desde 1810. Outros contam que ele veio à Amazônia para arrecadar fundos para a *yeshivá*⁴ que mantinha no Marrocos. E outros ainda dizem que ele veio arrecadar doações para um hospital dedicado a crianças carentes no Marrocos ou Israel – essas duas últimas hipóteses são descartadas pelo parente do Rabino Moyal entrevistado por Salgado Filho.

Entre tantos mistérios que rondam esta história está o da própria morte do rabino, apenas dois anos após a sua chegada à Amazônia, e que decorreu de alguma infecção viral dos trópicos, provavelmente febre amarela. Entre as histórias que se contam está a de que o rabino tornou-se conhecido por seus milagres por causa de uma mulher que cuidava dele durante a sua doença. Segundo o relato, quando o rabino estava prestes a falecer, teria transmitido a ela o seu dom de cura.

2 Celebração de passagem de ano no calendário judaico.

3 Prece especial dita regularmente nas rezas cotidianas e em enterros em memória dos entes falecidos.

4 Instituição judaica de ensino, focada nos estudos da Torá e das tradições rabínicas.



Túmulo do Rabi Shalom Emanuel Moyal. Manaus, 2022. Foto: Bruno Kelly



Simão Assayag,
do Caprichoso.
Parintins, 2022.
Foto: Bruno Kelly

7 OS BOIS-BUMBÁS DE PARINTINS

“Obrigado por voar com a Azul e Vermelho Linhas Aéreas Brasileiras”, afirma com a voz tipicamente rouca e abafada o comandante do voo que me leva de Parintins (AM) até Manaus, a capital do estado. O voo dura pouco mais de uma hora, com uma janela na qual vejo apenas florestas e a sinuosidade monumental do rio Amazonas em uma das áreas mais preservadas da vegetação.

Demorei alguns minutos para entender exatamente o que havia dito o piloto e lembrar que tudo em Parintins é dividido ao meio. Boi Garantido de um lado, na Baixa do São José, região que frequentemente alaga. Boi Caprichoso do outro, na região da Lagoa da Francesa, que usualmente não alaga. Vermelho e Azul. Tal como a rivalidade Grenal no Rio Grande do Sul, um é tido como mais popular (Garantido); e o outro, como mais elitista (Caprichoso), ainda que, evidentemente, se trate de uma festa popular para os dois bois e sejam necessárias doações de pessoas mais endinheiradas também para os dois bois.

Com tamanha divisão – a galera de um boi-bumbá se refere ao outro como *contrário* para não mencionar o nome do rival –, as marcas de produtos que utilizam as cores vermelha e azul precisam necessariamente fazer adaptações, sob o risco de serem boicotadas por metade da cidade. Assim, o turista desavisado estranha a Coca-Cola azul ao lado da tradicional vermelha, as agências de um banco metade azuis, metade vermelhas. Além, é claro, da companhia aérea Azul e Vermelho – que com este nome específico, acredito, deve operar apenas nos dois voos semanais que fazem a ponte aérea Parintins-Manaus.

É surpreendente que os bois-bumbás de Parintins possuam eles mesmos uma história judaica e que pelo menos duas famílias judaico-marroquinas que vieram a Parintins no *boom* do Ciclo da

Borracha se dividam de acordo com os bois: os Cohen do Garantido e os Assayag do Caprichoso.

Dolado do Garantido, o personagem central é o quase lendário e já falecido Pichita Cohen, dono de bar, entusiasta e um dos organizadores do boi-bumbá. Já do lado Caprichoso, o personagem principal é Simão Assayag. Seu falecido pai, Elias, era dono do Cine Teatro Brasil, que foi uma espécie de incubadora de ideias, materiais e fantasias para o que viria a se tornar o Festival Folclórico de Parintins.

Segundo Ericky Nakanome, artista visual, professor de Artes Visuais na Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e presidente do Conselho de Artes do Boi Caprichoso, pode-se falar em certa abertura maior do boi Caprichoso aos imigrantes que construíram a própria vida em Parintins, como os judeus marroquinos que chegaram durante o Ciclo da Borracha ou os japoneses que ali desembarcaram durante a época do desenvolvimento da juta na região.

Muitos dos elementos do próprio boi Caprichoso remetem ao judaísmo. Nakanome e o compositor Ronaldo Barbosa (autor de mais de cem toadas do Caprichoso) refletem sobre as cores azul e branca, além da estrela na testa do boi – que hoje possui cinco pontas, mas em outros momentos chegou a ter seis.

Parintins canta um encontro único de culturas. A veneração ao boi é levada da Índia pelos persas ao antigo mundo grego (exemplificado na figura dos Minotauros) e romano (as Saturnálias), e que será relida na tradição cristã na proibição do consumo de carne (*carna vale*) por quarenta dias antes do dia da crucificação de Jesus.¹ Da ilha de Tupinambarana, centro único das artes, os bois-bumbás remontam a uma história de transformações culturais, violências e ressurgências. São mitos e formas sociais de culto que reemergem numa localidade marcada por guerras interétnicas envolvendo indígenas tupinambás da costa em fuga para a Amazônia, escapando da violência colonial portuguesa, digladiando-se com os Mura e os Munduruku.

¹ Antes das semanas a fio em que os cristãos devem expiar o pecado da morte de Cristo, ocorre a permissividade da bebedeira e da comilança que no Brasil se transformou no carnaval que conhecemos.



Ericky Nakanome,
professor de Artes
Visuais na UFAM, 2022.
Foto: Bruno Kelly



Ronaldo Barbosa,
compositor.
Parintins, 2022.
Foto: Bruno Kelly

Enquanto na Espanha e na América espanhola o sinal de veneração é invertido – da proibição indiana do assassinato passa a assumir a forma do sacrifício (as touradas) –, no Brasil os bois passam a fazer parte de festas populares, folclóricas, folguedos e carnavalescas. Notadamente, o Bumba Meu Boi e os Boizinhos no Maranhão e o Boi Surubi do Ceará. Todos com enredos semelhantes: celebra-se o nascimento do boi, chora-se a sua morte, e a enorme festa está centrada na sua ressurreição. O próprio boi pagão, em sua releitura afro-indígena, emula o calendário litúrgico cristão.

Ronaldo Barbosa conta com emoção a visita do maranhense Joãozinho Trinta, e o modo como o carnavalesco celebrou as transformações dos bois nordestinos que renascem em plena floresta amazônica, cantando a exuberância da floresta, as misturas culturais que formam a região, a resistência indígena, e denunciando desmatamentos e violências. E canta Barbosa uma de suas mais famosas toadas:

*Vale do Javari
Vale das madeiras
Pérola, ah, ah, ah
Palmeiras do Javari
Dos índios arredios
Pérola, ah, ah, ah
Nada vale como um vale de lágrimas
Vale pela vida, pelo sangue dos Mayorunas*

*Pelo riso dos Matis
Pelo viço dos Kulinas
Pela arte dos Marubos
Pelo cacete dos Korubos
Pelo grito de guerra, ah, ah
Pelo grito de guerra, ah, ah
Dos Kanamarís²*

² Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=mHJuLkwmAg&t=252s&ab_channel=BoiBumb%C3%A1Caprichoso-Topic



Templo Shaar
Hashamaim.
Belém, 2022.
Foto: Duda Santana

8 UMA SINAGOGA FLORENTINA EM BELÉM

Existe algum grau de dificuldade em traçar exatamente a data de inauguração da sinagoga Shaar Hashamaim, localizada no centro de Belém. Embora o prédio seja de 1940, a fundação da sinagoga o antecede em décadas, estimada em algum momento entre 1825 e 1828.

A sinagoga ocupava originalmente casas alugadas, de modo algo improvisado, e chegou a funcionar em uma ou outra que foi comprada por pessoas da comunidade judaica. Além de servir de sinagoga, era também um ponto de apoio para as pessoas que moravam no interior, já que a maioria dos judeus que chegaram do Marrocos embrenhou-se Amazônia adentro.

Moisés Barcessat é engenheiro e um dos líderes comunitários à frente da Shaar Hashamaim, considerada por ele a sinagoga mais antiga do Brasil ainda em funcionamento. Ele conta que já na década de 1930 a família Benzecry havia enriquecido, não com o comércio da borracha como tantos à época, mas com a castanha-do-pará.

Em uma repetição de nomes que lembra um romance de Gabriel García Márquez, a família Benzecry usualmente alterna Jacó Benzecry e Messod Benzecry. Desse modo, o marido de Dona Helena Benzecry, a cozinheira de “mãos de anjo” com receitas judaico-marroquinas adaptadas à realidade amazônica, é Jacó Benzecry, tal como o seu avô.

O filho do Jacó avô, Messod Benzecry, ainda jovem passeando pela Europa, ficou maravilhado com a sinagoga de Florença e decidiu que Belém merecia uma sinagoga similar. “Você imagina a loucura de pegar a sinagoga de Florença e dizer ‘eu vou fazer parecido em Belém’?”, reflete Moisés.

Messod contratou o arquiteto italiano Hugo Furini, pagou o projeto e o trouxe debaixo do braço, de Florença a Belém. A comunidade toda se empolgou, pois havia muita gente que queria construir

uma sinagoga. Furini, então já contratado por Jacó e Messod Ben-zecry, chegou a começar as obras nos anos 1930, mas, com ela ainda na fase da fundação, o ditador fascista Benito Mussolini decidiu convocar todos os engenheiros e arquitetos para o esforço da Segunda Guerra Mundial. “E lá foi embora o arquiteto, que deixou a obra só começada e os projetos em plena Amazônia”, reflete Moisés Barcessat em tom de lamento.

Um engenheiro da comunidade judaica de Belém, recém-formado, chamado Judah Eliezer Levy, tomou a frente do projeto. Ele já trabalhava como uma espécie de estagiário do arquiteto italiano e, mesmo sem um projeto estrutural, decidiu conduzir a obra de construção. Tamanho foi seu êxito, que Judah foi contratado para a construção de uma segunda sinagoga em Belém, a Eshel Avraham, e outras em Manaus e no Rio de Janeiro, tornando-se conhecido como engenheiro de sinagogas. Judah Eliezer Levy também construiu o primeiro prédio com elevadores em Belém, mas certamente a Shaar Hashamaim, uma sinagoga florentina na foz do rio Amazonas, é de chamar atenção.



Templo Shaar
Hashamaim.
Belém, 2022.
Foto: Duda Santana



Dona Helena
Benzecry, cozinheira.
Belém, 2022.
Foto: Duda Santana

9 UM TACACÁ KASHER

“Mãos de anjo... todo mundo da família Benzecry tem mãos de anjo.” Esta é uma frase repetida com alguma frequência pelos filhos de Dona Helena Benzecry, enquanto ela prepara pratos únicos, existentes apenas em sua casa e na de algumas outras famílias judaico-marroquinas da Amazônia.

Em Belém do Pará, porta de entrada da Amazônia cujo nome evoca o imaginário cristão, a vasta mesa de Rosh Hashaná na casa de Dona Helena é pura fartura. Pratos que remontam a tempos imemorais da tradição judaico-marroquina berbere ou hispânica são ali reinterpretados de acordo com os sabores, cheiros e cores da Amazônia. E o inverso também: pratos amazônicos são “judaizados”, como a tradicional receita de tacacá, que Dona Helena faz na versão kasher: com peixe de escama e sem camarão.

A *chalá agulá*, pão típico do Shabat que na festa de ano-novo é redondo como os ciclos da vida, está posta junto com as tâmaras, traduzindo os anseios por um ano doce como determina a tradição sefardita¹. Não muito distantes estão as tradicionais sementes de romã – reza a lenda que são 613, como os preceitos da Torá. Uma típica mesa de Rosh Hashaná, como encontrada em inúmeras casas judaicas naquela noite de 25 de setembro de 2022 para a qual Dona Helena me convidou.

A composição desses pratos típicos é interrompida por uma enorme cabeça de peixe. Na tradição judaica, Rosh Hashaná, o ano-novo, significa literalmente a cabeça do ano. Daí colocar a cabeça de um peixe, com uma explicação talvez demasiado meritocrática: para no ano que se entra sermos a cabeça e não o rabo. O que

¹ Termo que designa os descendentes de judeus da Península Ibérica.

chama atenção, porém, não é a presença da cabeça do peixe em si, mas de que peixe se trata: uma cabeça descomunalmente grande de pescada amarela, uma cabeça de peixe de proporções amazônicas ocupando parte significativa do centro da mesa.

Ao redor do peixe, uma variedade de pratos judaico-marroquinos em suas variações amazônicas, seguindo os preceitos da *kashrut*, conjunto de leis dietéticas judaicas: as almôndegas de peixe (cozidas e quentes, diferentemente do *gefilte fish ashkenazita*² que se come frio, após o cozimento), a chicória, que no Norte é uma espécie de coentro alongado (e tem pouco a ver com a chicória tal qual a conhecemos no Sudeste, próxima a verduras como mostarda ou almeirão); o cuscuz marroquino (que leva o nome de cuscuzçu e era feito por famílias judaico-marroquinas com a própria farinha de macaxeira, bem raladinha); saladas diversas, muitas delas temperadas com uma espécie de conserva de limão amarelo, e o carro-chefe, que não poderia faltar, a tão famosa *dafina*, benquista e por todos adorada.

Na tradição judaica, existem diversos pratos de cocção lenta que avançam durante a noite para serem consumidos ainda quentes no dia seguinte. O motivo está na proibição de se fazer fogo, de acender o fogo, durante o Shabat.³ Mas não há proibição em se manter o fogo – regra que foi particularmente facilitada pela invenção do fogão a gás, capaz de manter a temperatura (uma facilidade hoje óbvia para nós, mas desafiadora quando se tratava de fogo a lenha ou carvão). Diversidade de processos de combustão e técnicas de cocção à parte, o fato é que abundam na culinária judaica pratos enso-pados de lento cozimento: o *cholent* no Leste Europeu, o *foul madras* no Egito (alçado a prato nacional) e a *dafina* no Marrocos.

Cada família possui a sua receita, e este breve texto não tem a pretensão de fixar uma correta. Apenas a versão que Dona Helena Benzecry gentilmente nos apresentou e deliciosamente nos fez provar.

2 Termo que designa os descendentes de judeus da Europa Central e Leste Europeu.

3 Ou seja, do momento em que aparece a primeira estrela no céu na sexta à noite até a primeira estrela do sábado à noite.

Em resumo: a panela é caramelizada, ossos de bois são colocados para fazerem o caldo do mocotó, juntamente com peito de boi, língua, ovos, cebola, uma cabeça de alho, verduras variadas e condimentos. Além disso, é fervido no caldo um arroz com almôndegas de carne e ovo amassado, fechados dentro de um saco de pano que se torna, no almoço do dia seguinte, uma espécie de torta. E há também o que a família de Dona Helena chama de “café de massa”: pequenas trouxinhas feitas com farinha de trigo que requerem um manuseio especial com os dedos, para ficarem no tamanho ideal. Esta massa também é cozida dentro de um saco feito com pano.

Voltei no dia seguinte (tive a felicidade de comer, no total, três refeições na casa de Dona Helena). Almoçamos uma deliciosa *dafina*: saborosa, gordurosa na medida certa, mas também pesada para o calor de Belém do Pará. Infelizmente, já saciado e com aquela canseira típica de almoços volumosos em lugares quentes, me vi obrigado a recusar o açaí que Dona Helena me oferecia: “Aqui é assim, no sábado à tarde, come *dafina*, toma açaí de sobremesa e dorme até o final do Shabat”. Um exagero, uma maravilha!



Moisés Elmescahy,
rabino. Belém, 2022.
Foto: Duda Santana

10 AS CARTAS ENTRE O PARÁ E O MARROCOS

O Rabino Moisés Elmescahy possui uma sinagoga no centro de Belém. Uma sala singela em um edifício comercial na avenida Presidente Vargas, com um *aron hakodesh*¹ envolto em um manto de veludo vermelho com detalhes em dourado, uma copa e um escritório ao lado.

Lá, todas as sextas e sábados, entre outras datas religiosas do calendário judaico, Bnei Anussi se reúnem para cantar músicas litúrgicas e aprender mais sobre a Torá. Cerca de 25 pessoas passavam o Shabat ali em uma sexta-feira quente do final de setembro. Antes da reza, colhemos alguns depoimentos de frequentadores que contavam suas origens ibéricas, em sua maioria cristãos-novos cujas famílias haviam sido forçadamente convertidas em algum momento do Brasil Colônia ou Império. Ao longo da noite, todos entoaram entusiasmados as rezas em hebraico – um coro bonito de se ver –, levando-se em conta que nem todas as sinagogas consideram essas pessoas judias, já que os vínculos com a tradição judaica são remotos.

Antes da reza, o Rabino Elmescahy, que abriu seus braços e coração para ensinar judaísmo aos que buscam entender parte de suas origens, refletiu sobre os significados de ser judeu na Amazônia hoje e sobre as particularidades do judaísmo amazônico. Teceu, também, um relato histórico sobre as cartas que circulavam entre Belém e o Marrocos, com judeus em Belém, Manaus ou nos interiores se comunicando com rabinos marroquinos para tirar dúvidas de como manter o judaísmo-árabe cultivado de modo particular entre o deserto e o litoral do Norte da África em meio à floresta tropical. São relatos que nos fazem mergulhar no imaginário desses imigran-

¹ Literalmente, “armário sagrado” ou “arca sagrada”, é usado para guardar os rolos da Torá na sinagoga.

tes, no anseio e nas possibilidades de adaptar o judaísmo frente aos desafios impostos pelo mundo amazônico.

Dada a riqueza de detalhes, sua forma particularmente instigante de narrar, recomponho o relato praticamente na íntegra, com pequenos cortes e ajustes pontuais:

Os judeus que vieram do Marrocos se integraram de maneira plena dentro da Amazônia. Os peixes da região passaram a fazer parte dessa culinária judaica: o pirarucu, o peixe mais famoso; o tambaqui; o tucunaré; e peixes menores como jaraqui e outros. De modo que em muitas das comidas da nossa mesa havia parte dessa culinária local.

Houve realmente um entrelaçamento entre os judeus que vieram de lá do Norte da África e a região amazônica.

Esses judeus foram chegando e convidando outros, e assim fomentando a comunidade. Mas aí começou certa dificuldade, primeiro em relação ao consumo de comida kasher.

Uma das perguntas enviadas para o Marrocos, para os rabinos de lá, que continuavam sendo os rabinos dos judeus daqui, vinha de alguém cansado de comer peixe e com muita vontade de comer carne. O que era possível fazer?

O rabino respondeu assim: era preciso procurar alguém que não tivesse problema pra fazer um abate, alguém que não desmaiasse. Aí ele pegava uma faca, amolava bem e mostrava pra alguém da comunidade que soubesse meldar. Meldar é fazer uma oração. Ou seja, para alguém devoto a Deus que visse que a faca estava bem lisa, bem afiada. E assim dava pra esse que não tinha problema em fazer o abate, fazia o abate de carne kasher e comia carneiro, comia boi.

Isso foi escrito, em 1880 pra cá, pra comunidade.

Uma outra carta, mais antiga ainda, expõe a seguinte situação: um judeu veio de lá pra cá, ganhou dinheiro aqui e quis comprar uma Torá pra sinagoga que ele rezava lá no Marrocos. Esse judeu morre, mas é pego o dinheiro dos herdeiros para comprar a Torá para aquela sinagoga que ele frequentava.

Chegando no Marrocos, a irmã desse judeu se casou com outro judeu. Mas esse com quem ela se casou frequentava uma outra sinagoga. Então ela disse: “Esse dinheiro agora é meu. Eu sou a herdeira do meu irmão. Então eu quero doar a Torá para outra sinagoga e não para aquela”.

E isso deu uma confusão medonha. Chegou no tribunal rabínico lá do Marrocos a decisão de qual sinagoga deveria receber o dinheiro doado pelo judeu de Belém. A decisão ficou assim: era preciso ver se os herdeiros daqui tinham prioridades sobre a irmã. Se eram filhos, por exemplo, tinham prioridade na decisão.

A outra pergunta era assim: Um judeu daqui contou que seu filho na escola se enamorou de uma goyá. Goyá, como a maioria sabe, é uma mulher que não pertence ao povo de Israel.

O pai disse pro filho: “Ô meu filho, não faça isso! Não pode casar com uma goyá”. Aí o filho falou: “Pai, ou eu caso com ela ou eu me mato”.

O assunto ganhou seriedade e foi aí que o pai mandou uma carta lá pro Marrocos pra saber o que que deveria fazer. Aí o rabino respondeu dizendo: “Olha, logicamente tem as fontes na Torá que proíbem uma situação como essa”. Mas ele leva pro lado que seria um perigo de vida, um pikuach nefesh², já que ele queria se matar.

Então o rabino diz no final: “Olha, qual é o problema? Converte a moça. Ela está disposta a se converter? Converte ela e acaba o problema”. Isso foi uma resposta também do século 19 para a comunidade judaica aqui em Belém.

Outro caso análogo a esse foi o de alguém que era casado com uma goyá, uma não israelita, teve um filho, e aos oito dias de vida chamou o mohel, que é aquele que faz a circuncisão, para circuncidar o filho dele. A comunidade ao redor estava discutindo se ele tinha ou não direito de fazer o brit milá (a circuncisão) do filho, já que a mãe não era judia.

Aí manda-se a carta para o Marrocos, e o rabino de lá dá a resposta, extensa, dando as posições dos vários rabinos. E no final ele diz assim: “Ora, alguém só vai fazer um brit milá se tiver a intenção de fazer uma conversão. É o caso desse pai. A criança quando crescer vai decidir se vai fazer parte do povo de Israel ou não. Se ela quiser fazer parte, ela já tem o brit milá. Então uma boa parte do caminho já está preenchido.”

Sim, me lembrei de mais uma ainda. Tratava-se de um casal. O marido falece e a mulher é obrigada a casar com o cunhado. Isso se chama Lei do Levirato. Só que o irmão do marido não queria se casar com a mulher.

2 Princípio que coloca a preservação da vida humana acima de qualquer outra lei judaica.

Nesse caso, quando o marido não quer, faz-se uma cerimônia chamada halitzah, em que esse irmão do marido tira os sapatos – assim está escrito no tribunal. A mulher vai, cospe nesse sapato e diz: “Assim deve ser feito para aquele que não quer cumprir a Lei do Levirato em Israel”.

Dizia, então, a resposta do rabino: deve-se obrigar esse irmão a casar ou fazer a halitzah. Mas ele não queria fazer nenhum dos dois e nesse caso o irmão deveria ser excomungado. E como é isso? Não será contado na sinagoga para fazer parte das cerimônias, não poderá ser nem enterrado no cemitério israelita e assim por diante.

Então, mais ou menos assim eram as cartas feitas, daqui da Amazônia lá para o Marrocos no século 19.



Templo Essel Abraham.
Belém, 2022.
Foto: Duda Santana



Templo Essel Abraham.
Belém, 2022.
Fotos: Duda Santana

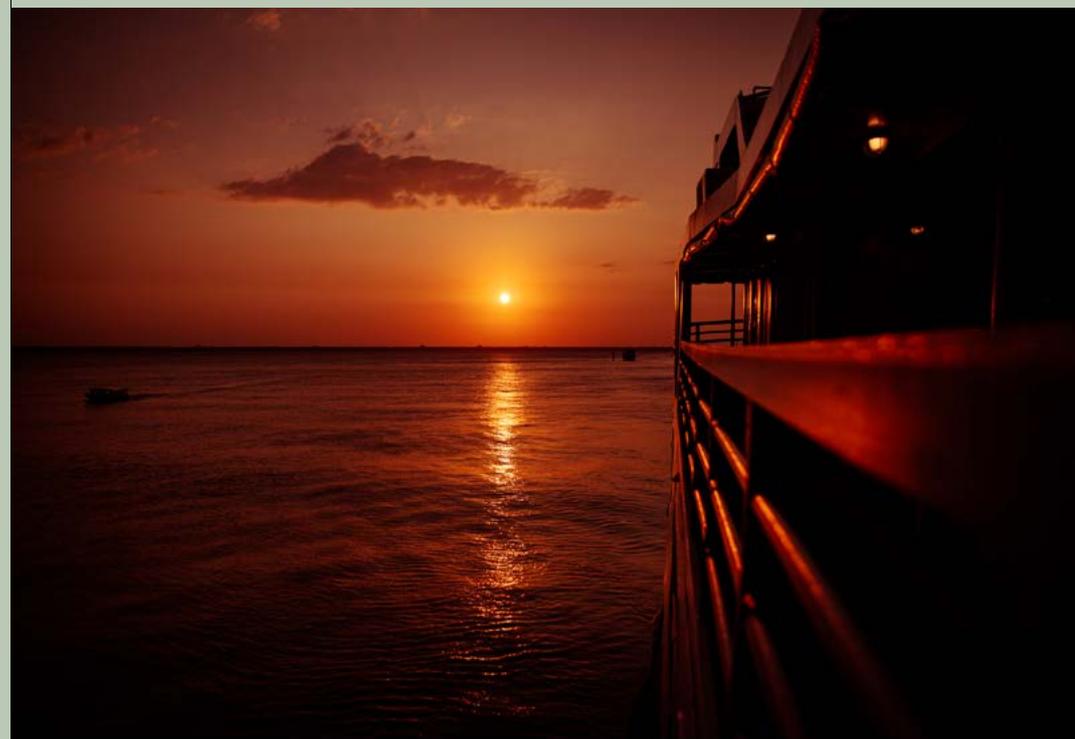
Cemitério Israelita.
Belém, 2022.
Foto: Duda Santana



Cemitério Israelita.
Belém, 2022.
Foto: Duda Santana



Seu Gil, zelador do
Cemitério Israelita.
Belém, 2022.
Foto: Duda Santana



Breves, ilha do
Marajó, 2022.
Fotos: Duda Santana

Cemitério judaico
no igarapé
Jacarezinho, 2022.
Foto: Duda Santana



Cemitério judaico
em Cametá, 2022.
Foto: Duda Santana



Cemitério judaico
em Cameté, 2022.
Fotos: Duda Santana



Mercedo de carnes,
Cametá, 2022.
Foto: Duda Santana





Sinagoga Beit
Yaacov-Rabi Meyr,
Manaus, 2022.
Foto: Bruno Kelly



Manaus, 2022.
Fotos: Bruno Kelly



Teatro Amazonas,
Manaus, 2022.
Foto: Bruno Kelly



Parintins, Amazonas.
Fotos: Bruno Kelly



JORNADAS JUDAICO- -AMAZÔNICAS

PROGRAMAÇÃO E REGISTROS

Ao longo do ano de 2023 e no primeiro semestre de 2024 foram realizados seminários, debates, oficinas, projeção de filmes e outras atividades em torno do entrelaçamento das culturas judaica e amazônica. Intitulados "Jornadas Judaico-Amazônicas", esses dias de programação intensiva foram realizados em São Paulo, Belém, Manaus e São Luís do Maranhão, numa miríade de encontros e reverberações cuja programação detalhada apresentamos a seguir.

SÃO PAULO **AGOSTO DE 2023 – MUSEU JUDAICO DE SÃO PAULO**

DIA 1 – QUINTA-FEIRA, 24/8

Na visita guiada “A presença judaico-amazônica no acervo do MUJ”, o público pôde conhecer alguns dos itens e documentos oriundos das comunidades judaicas do Norte do país organizados e apresentados diretamente no acervo do MUJ pelas equipes permanentes do museu.

Uma cerimônia de abertura com uma conferência intitulada “O Judeu-Caboclo”, realizada pela professora Maria Luiza Tucci Carneiro, e falas de representantes do Museu Judaico marcaram oficialmente o início das Jornadas em São Paulo.

Ao longo de sua apresentação, Tucci Carneiro buscou reconstituir o perfil das comunidades descendentes dos judeus radicados na Amazônia desde as primeiras décadas do século 19, priorizando os marroquinos que optaram por viver em Manaus e Belém, seu cotidiano e as práticas judaicas junto às comunidades de acolhimento.

Uma confraternização reuniu público e participantes vindos de diferentes partes do Brasil.

DIA 2 – SEXTA-FEIRA, 25/8

Depois de uma nova visita guiada pelo acervo do MUJ, o dia começou com a mesa “Histórias da Imigração Judaica na Amazônia”. No encontro mediado pela pesquisadora Ilana Feldman, a historiadora Anne Benchimol e o escritor Márcio Souza percorreram diferentes perspectivas da história da imigração judaica na região amazônica, detalhando seus desdobramentos até os dias atuais.

A tarde continuou com uma oficina de culinária ministrada por Breno Lerner em torno dos “Sabores do Marrocos na Amazônia”. Cozinheiro e pesquisador, Lerner ensinou a preparação de uma *dafina*, receita de origem marroquina servida nas casas das famílias judias da Amazônia, procurando entender as circunstâncias da criação e do consumo do saboroso prato e diante de grande entusiasmo do público.

A segunda mesa do dia reuniu Iria Chocron, Karine Sarraf e Sérgio Simon, autores do novo livro sobre os judeus da ilha do Marajó. Juntos, os participantes revisitaram a história dos marroquinos que chegaram à região e sua importância na preservação da cultura e das tradições judaicas no Norte do país. Na sequência do debate, mediado por Mariana Lorenzi, deram-se o lançamento do volume e uma sessão de autógrafos com os autores.

DIA 3 – SÁBADO, 26/8

O dia teve início com uma discussão sobre a influência judaica em manifestações culturais da região amazônica, da festa do boi no Festival de Parintins aos abridores de letras das embarcações típicas do Pará, procurando pensar a amálgama complexa e particular desses territórios. Para esse debate, Arieh Wagner, Ericky Nakanome e Elias Salgado sentaram lado a lado, mediados por Mariana Lorenzi.

Com a participação do antropólogo Renato Athias e da professora e pesquisadora Márcia Mura (mediação: Fábio Zuker), a quarta mesa da programação enfocou especificamente o Ciclo da Borracha, procurando pensar a perpetuação de violências contra populações indígenas e mais vulneráveis da região.

No final da tarde, o público reuniu-se para uma sessão de cinema com os filmes *Curupira e a máquina do destino* (Brasil, 2021), de Janaína Wagner, e *Iracema – Uma Transa Amazônica* (Brasil, 1974), de Jorge Bodanzky e Orlando Senna. Enquanto o primeiro acompanha o encontro entre a criatura curupira e o fantasma encarnado de Iracema, o segundo enfoca os problemas envolvidos na construção



Jornadas Judaico-
-Amazônicas em
São Paulo e visita ao
acervo, Museu Judaico
de São Paulo, 2023.
Fotos: Maressa Andrioli



Exposição *Artistas do Papel* e Jornadas Judaico-Amazônicas em São Paulo, Museu Judaico de São Paulo, 2023.
Fotos: Maressa Andrioli

da rodovia Transamazônica – desmatamento, queimadas, trabalho escravo, prostituição infantil –, em contraste com a propaganda oficial da ditadura militar que alardeava um país em expansão. Após a sessão, os dois diretores se reuniram para um debate, mediado por Ilana Feldman.

DIA 4 – DOMINGO, 27/8

O dia começou com o *chazan* Isaac Dahan entoando cantos litúrgicos judaico-marroquinos que deixaram o público profundamente comovido. Na sequência, uma mesa em torno de expressões literárias reuniu os especialistas em literatura Alessandra Conde e Moacir Amâncio. Mediados por Gabriela Longman, os participantes lançaram um olhar sobre obras ficcionais produzidas na região amazônica, com ênfase na presença e influência judaica desses escritos.

O judaísmo tal e qual praticado e percebido na Amazônia nos dias de hoje esteve no foco da segunda mesa do dia “O Judaísmo na Amazônia Hoje”, que teve como convidados Felipe Goifman, Isaac Dahan e o Rabino Moysés Elmescahy, sob a mediação de Marília Neustein. Juntos, os convidados procuraram refletir sobre a construção de uma identidade judaico-amazônica e seu lugar dentro de um entendimento global.

A música voltou à cena na voz de Anne Jezini, num show intimista em que reuniu músicas autorais, canções consagradas de compositores amazonenses e histórias familiares que refletem sua vivência como a terceira geração de judeus marroquinos que migraram para a Amazônia. Um belíssimo encerramento para o ciclo paulistano das Jornadas.



Jornadas Judaico-
-Amazônicas em
Belém, Associação
Fotoativa, 2023.

BELÉM **SETEMBRO E NOVEMBRO DE 2023 —** **ASSOCIAÇÃO FOTOATIVA, PALACETE FACIOLA**

DIA 1 — SÁBADO, 23/9

As Jornadas chegaram a Belém, com uma programação que se iniciou com a projeção do filme *Curupira e a máquina do destino* (Brasil, 2021), de Janaína Wagner, seguida por uma conversa entre Camila Fialho e Mariana Lorenzi.

A partir do filme houve uma discussão sobre como artistas contemporâneos respondem a questões cada vez mais urgentes ligadas a temáticas amazônicas, engendrando também uma reflexão sobre como fluxos migratórios influenciaram a produção cultural local.

DIA 2 — DOMINGO, 24/9

“Amazônia como terra de imigrantes: influências dos fluxos migratórios na formação social e cultural de Belém” foi o título da mesa que reuniu o antropólogo Renato Athias e o historiador Aldrin Figueiredo, mediada por Ilana Feldman. Enquanto Athias apresentou a trajetória do imigrante judeu na Amazônia e sua relação com os ciclos econômicos, Figueiredo procurou traçar um panorama sobre o contexto da imigração judaica diante das outras imigrações para a região.

DIA 3 — DOMINGO, 19/11

Os trabalhos foram abertos com o encontro “Sabores da Etnicidade”, que propôs uma abordagem do judaísmo amazônico por meio de processos e hábitos alimentares, com receitas trazidas do Marrocos e conservadas em solo amazônico por mais de dois séculos. Juntos, Ariele Wagner e Lana Pinto procuraram pensar como alimentar-se vai muito além de nutrir o corpo, entendendo a comida como um marcador sociocultural que ajuda a compor e revelar a identidade dos grupos étnicos.

Enfatizando a trajetória da antiga imigração judaico-marroquina na região desde antes do Ciclo da Borracha e revisitando os tabus alimentares relativos ao judaísmo, os participantes enfocaram adaptações realizadas tanto pela culinária local quanto pela culinária marroquina, que precisou adequar-se aos ingredientes amazônicos. Ao encontro, seguiu-se uma degustação de deliciosas receitas judaico-marroquino-paraenses para deleite do público presente.

A tarde seguiu com uma projeção de *O rio dos Cohen – Amazônia hebraica*, documentário de Felipe Goifman que revisita a saga dos judeus na Amazônia a partir do “rio dos judeus” ou “rio dos Cohen”, na cidade de Cametá, no Pará, passando também por Belém, Santarém, Manaus e Macapá para contar essa história pouco conhecida.



Jornadas Judaico-
-Amazônicas em Belém,
Palacete Faciola, 2023.



Jornadas Judaico-Amazônicas
em Manaus, Espaço Samuel
Benchimol (acima) e Clube
Hebraica (abaixo), 2024.
Fotos: Márcio Benchimol

MANAUS ABRIL DE 2024 – ESPAÇO SAMUEL BENCHIMOL, CLUBE HEBRAICA

DIA 1 – SÁBADO, 13/4

Terceira cidade a receber as Jornadas, Manaus sediou dois dias de programação ao anoitecer. A presença judaica na Amazônia através da literatura foi o mote do encontro de abertura da programação, em uma conversa com a participação de Márcio Souza, Ilko Minev e Robério Braga. Ao longo do debate, os participantes enfocaram a produção cultural local, em especial a literatura, procurando pensar como essas obras contribuíram para a compreensão dos mais diversos aspectos da presença judaica na Amazônia ao longo de mais de dois séculos.

DIA 2 – SEGUNDA-FEIRA, 15/04

Um debate em torno de elementos históricos e culturais da chegada dos judeus vindos do Marrocos e de como essa comunidade contribuiu com a sociedade, seja no comércio, na política ou na cultura, reuniu os participantes da mesa “Os Caminhos dos Judeus na Amazônia”, que contou com a participação de Anne Benchimol, Jacob Cohen e David Vidal. Em seguida, foi realizado o lançamento do livro *Era uma vez na ilha de Parintins*, de Jacob Cohen.



Jornadas Judaico-
-Amazônicas em São
Luís, Centro Cultural
Vale Maranhão, 2024.
Fotos: Jesus Perez

SÃO LUÍS MAIO DE 2024 – CENTRO CULTURAL VALE MARANHÃO

DIA 1 – QUARTA-FEIRA, 15/5

Quarta e última cidade a sediar as Jornadas, São Luís recebeu uma sessão especial com a exibição de *Para Berta, com amor!* (Brasil, 2023), documentário de Bianca França sobre a vida e a obra da antropóloga Berta G. Ribeiro. A projeção foi seguida de bate-papo com o antropólogo Renato Athias.



MUSEU JUDAICO DE SÃO PAULO

Presidente
Sergio Daniel Simon

Conselho Deliberativo
Sergio Daniel Simon (Presidente)
Daniel Reichstul
Dora Lucia Brenner
Moshe Sendacz
Salo Davi Seibel
Sergio Gusmão Suchodolski
Sérgio Napchan
William Kern

Conselho Consultivo
Henri Philippe Reichstul
(Presidente)
Adriana Feffer Skaf
Celso Lafer (Vice-Presidente)
Claudia Costin
Claudio Luiz Lottenberg
Daniel Feffer
(Presidente de Honra)
Daniel Leon Bialski
David Cytrynowicz
Denis Benchimol Minev
Eduardo Saron Nunes
Elena Landau
Esther Hamburger
Fábio Alperowitch
Flávia Terpins
Inês Bogéa
José Luiz Goldfarb
José Roberto Marinho
Joyce Pascowitch
Lia Diskin
Luciana Temer
Luis Cláudio Garcia De Souza
Luiz Kignel
Marcelo Mattos Araújo
Marcelo Nudelman
Marcos Kisil
Maria Luiza Tucci Carneiro
Mário Arthur Adler
Milton Seligman

Nancy Rozenchan
Pedro Machado Mastrobuono
Renata Bittencourt
Renata Motta
Rosaly (Dodi) Chansky
Rosane Borges
Ruth Sprung Tarasantchi

Conselho Fiscal
Eduardo (Duda) Groisman
(Presidente)
Gilson Finkelsztain
Roberto Luiz Leme Klabin

Suplentes
Fábio Zaclis
Michael Edgar Perlman
Octávio José Aronis

Diretor Executivo
Felipe Arruda

Assistente de Diretoria
Leonardo Moreira

Curadoria e Participação
Mariana Lorenzi
Lucas Fabrizzio
Débora Setton

Educação e Participação
Malu Frizzo
Patrícia Gonçalves
Jo Chilman
Marcellus Beghelle
Maya Levcovitz
Saulo de Araujo

Acervo e Memória
Roberta Alexandr Sundfeld
(Diretora)
Ruth Sprung Tarasantchi
Linda Derviche Blaj
Shayene Borges
Ana Laura Brait
Leonardo Vitulli
Giovana Rodrigues
Eliane Leite

Desenvolvimento Institucional
Piatã Kignel (Diretor)
Evandro Camargo
Mariana Pereira
Thainara Sabrine

Comunicação
Marília Neustein (Diretora)
Isadora Vitti
Larissa da Cruz
Maria Julia Silva

Administração e Finanças
Marianna Bomfim (Diretora)
Erika Curci Romano
Ana Paula Ferraz
Duane Avila
Isabelle Lima
Caique Alves
Jussara Teixeira
Raquel Pimentel

Gestão Predial
Laura de Stefani Bacicurinski
Michel Francisco Ferreira
José Pereira dos Santos
José Messias Ribeiro Santos

Segurança
Adrian Benedykt
Michele Maria dos Santos Ferreira
André Santos
Carmelita Novais dos Santos
Claudia Elias de Oliveira
Eli Tavares
Geane Mendes
Jose Amirton Araujo de Paula
Victor Giovanni Estevans da Silva
Wilson Ambrosio de Sousa

Recepção
Melissa Teixeira Gomes
Daniel Porto Santos Darienzo
Deise Marques Lopes
Laísa Oliveira da Conceição

PATROCINADORES JUDEUS NA AMAZÔNIA

Apresentador
Instituto Cultural Vale

Patrocinador Master
Santander Brasil

Patrocinador
Gera Amazonas

Apoiador
Bemol

PATROCINADORES 2024

Itaú Unibanco
B3, a bolsa do Brasil
Banco Safra
Klabin
Porto
Alfa
Banco Daycoval
Deutsche Bank
DEXCO
Leal Equipamentos de Proteção
BMA Advogados
Cescon Barriou Advogados
Leo Madeiras
Verde Asset Management

PATRONOS 2024

Tikvah
Família Seibel
Fundação Arymax

Aryeh
Jayme Brasil Garfinkel

Chai
Família Daniel Miguel Klabin

Estrela de Davi
Doação anônima
Família Lederman
Isapa
Marcelo Kalim

Hamsa
Abramo Douek
Associação Israelita Fortunée De Picciotto
Bia e David Cytrynowicz
Carla e Uri Arazi
Celso Lafer
Claudia Costin
Doação anônima
Dora Lucia Brenner
Elena Landau
Família Finkelsztain
Família Reichstul
Família Vainboim
Flávia e Rodrigo Terpins
Jacqueline e Bruno Szwarc
Liane e Roberto Bielawski
Lina e Eduardo Wurzmann
Marcos Kisil
Marina Lafer
Michael L. Ceitlin
Mônica e Eduardo Vassimon
Paulina e Guilherme Faiguenboim
Renata e Sérgio Simon
Sharon e Claudio Halaban
Sônia e Luis Terepins
Suzana e Moshe Sendacz
Teresa e Candido Bracher
Victoria e Arno Schwarz
William Jedwab

JUDEUS NA AMAZÔNIA: CADERNOS DE VIAGEM

Editora
Gabriela Longman

Coordenação editorial
Mariana Lorenzi
Débora Setton

Textos
Sergio Simon
Fábio Zuker

Design gráfico
Bloco Gráfico

Assistente de design
Lívia Takemura

Revisão
Tamara Sender

Imagens
Bruno Kelly
Eduarda Santana

Agradecimentos
Aldrin Figueiredo, Anne Benchimol,
Bianca França, David Minev,
David Vidal, Gabriel Gutierrez,
Ilana Feldman, Ilana Minev,
Indaiá Freire, Ilko Minev, Jacob Cohen,
Luiza Bembom, Marcio Souza,
Nat Maciel, Renato Athias,
Robério Braga, Secretaria de
Cultura do Pará, Secretaria de Cultura
do Amazonas, Ubiratan Trindade
e Ursula Vidal

Legendas adicionais
[pp. 14-15] Manaus, 2022.
Foto: Bruno Kelly;
[pp. 20-21] Bumbódromo,
Parintins, 2022. Foto: Bruno Kelly;
[pp. 102-103] Templo Shaar
Hashamaim. Belém, 2022.
Foto: Duda Santana;
[pp. 120-121] Teatro Amazonas,
Manaus, 2022. Foto: Bruno Kelly

Dados Internacionais de
Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Simon, Sergio
Judeus na Amazônia [livro eletrônico]:
cadernos de viagem – relatos e histórias
recolhidas / Sergio Simon, Fábio Zuker.
São Paulo: Museu Judaico de São Paulo, 2024.
PDF. Vários colaboradores.
ISBN 978-65-984067-0-7

1. Amazônia – História 2. Judeus – Brasil –
História 3. Imigrantes – Judeus – Brasil –
História I. Zuker, Fábio. II. Título.

24-217246 CDD-981.004924

Índices para catálogo sistemático:
1. Brasil: Imigrantes judeus: História 981.004924
Eliane de Freitas Leite - Bibliotecária - CRB 8/8415

© Museu Judaico de São Paulo

Museu Judaico de São Paulo
Rua Martinho Prado, 128
01306-040 São Paulo SP
www.museujudaicosp.org.br
contato@museujudaicosp.org.br



apresenta



patrocínio master



patrocínio



apoio



PARCEIROS MUJ 2024

patrocínio



apoio



realização



Tipografias
Gal Gothic
More Gothic

MUSEU JUDAICO DE SÃO PAULO

ISBN 978-65-984067-0-7

